



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XV - Nº 162

172

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 1960

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 7 do mês em curso, às 21 e às 22,30 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

às 21 horas:

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (nº 4.814, de 1959, na Câmara e nº 5, de 1960, no Senado) que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação das Pioneiras Sociais;

às 22,30 horas:

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (nº 1.853, de 1956, na Câmara, e nº 149, de 1958, no Senado) que dispõe sobre a classificação de cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, estabelece os vencimentos correspondentes, e dá outras providências.

Senado Federal, 3 de novembro de 1960.

SENADOR MATHIAS OLYMPIO
no exercício da Presidência

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente: Senador Filinto Müller.

1.º Secretário: Senador Cunha Mello.

3.º Secretário: Senador Gilberto Marinho.

4.º Secretário: Senador Novaes Filho.

1.º Suplente: Senador Mathias Olympio.

3.º Suplente: Senador Heribaldo Vieira.

LIDERES E VICE-LIDERES

Da Maioria

Líder - Moura Andrade (P.S.D.)

Vice-Líderes

Victorino Freire (P.S.D.)

Lima Teixeira (P.T.B.)

Faciano de Mello (P.S.D.)

Lobão da Silveira (P.S.D.)

Paulo Fender (P.T.B.)

Da Minoria

Líder: João Villasboas (UDN).

Vice-Líderes:

Rui Palmeira (UDN)

Afonso Arinos (UDN)

Daniel Krieger (UDN).

SENADO FEDERAL

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

Líder: Benedito Valladares

Vice-líder: Gaspar Velloso.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Argemiro de Figueiredo

Vice-líderes: Vivaldo Lima - Sa-

lo Ramos e Arlindo Rodrigues.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Otávio Mangabeira

Vice-Líder: Novaes Filho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atilio Vivacqua.

Vice-Líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Filinto Müller - Presidente

Cunha Mello

Freitas Cavalcanti

Gilberto Marinho
Novaes Filho
Mathias Olympio
Heribaldo Vieira.
Secretário: Evandro Mendes Viana
Diretor Geral, substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Lourival Fontes - Presidente
Daniel Krieger - Vice-Presidente
Menezes Pimentel
Silvestre Pericles
Jefferson de Aguiar
Rui Carneiro
Caiado de Castro
Argemiro de Figueiredo
Rui Palmeira
Milton Campos
Atilio Vivacqua

SUPLENTES

PSD:

1º Gaspar Velloso
2º Jarbas Maranhão
3º Francisco Gallotini
4º Ari Viana

PTB:

1º Mourão Vieira
2º Barros Carvalho
3º Lima Teixeira

UDN:

1º Afonso Arinos

2º João Arruda
3º João Villasboas
Secretária: Maria do Carmo Rondon
Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Ari Viana - Presidente
Fernandes Távora - Vice-Presidente
Aloísio Guimarães
Lobão da Silveira
Lima Teixeira
Leônidas Melo
Caetano Mondim
Joaquim Parente
Sérgio Marinho

SUPLENTES

PSD:

1º Eugênio Barros
2º Jefferson de Aguiar
3º Mendonça Clark (do PR)

PTB:

1º Argemiro de Figueiredo
2º Fausto Cabral
3º Nelson Maculan (*)

UDN:

1º Reginaldo Fernandes
2º Fernando Corrêa
3º Irineu Bornhausen

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Antonio Baltar.

Secretaria: Rómulo Duarte, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Padre Calazans — Vice-Presidente
Jairoas Maranhão
Paulo Fernandes
Barros Carvalho — Presidente (Interim)
Sálio Ramos
Reginaldo Fernandes
Mém de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Lobão da Silveira
2º Sebastião Archer

PTB:

1º Lima Teixeira
2º Leonidas Melo (*)

UDN:

1º Afonso Arinos
2º Milton Campos

PL:

Otávio Mangabeira

Secretária: Olza José Muniz de Melo, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quarta-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Gaspar Veloso — Presidente
Vivaldo Lima — Vice-Presidente
Ari Viana
Francisco Gallotti
Vitorino Freire
Tacião de Melo
Jorge Maynard
Caído de Castro
Fausto Cabral
Barros Carvalho
Saulo Ramos
Fernandes Távora
Daniel Krieger
Irineu Borhausen
Fernando Corrêa
Dix-Huit Rosado
Mém de Sá

PSD:

SUPLENTE

1º Menezes Pimentel
2º Jefferson de Aguiar
3º Rui Carneiro
4º Jarbas Maranhão
5º Eugênio Barros
6º Silvestre Péricles

PTB:

1º Nelson Maculan
2º Arinno Rodrigues
3º Guido Mondim
4º Paulo Fender
5º Lima Teixeira

UDN:

1º Milton Campos
2º Padre Calazans
3º Rui Palmeira
4º Coimbra Bueno
5º João Arruda

PL:

Otávio Mangabeira

Secretário: Renato Charment, Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima Teixeira — Presidente
Rui Carneiro — Vice-Presidente

(*) Substituído temporariamente pelo Sr. Antonio Baltar (6-7-60).

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impreso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 103,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por serviço decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,30.

Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Caído de Castro
Paulo Fender
Irineu Borhausen
João Arruda

PSD:

1º Ari Viana
2º Francisco Gallotti
3º Sebastião Archer

PTB:

1º Lourival Fontes
2º Vivaldo Lima
3º Miguel Couto

UDN:

1º Dix-Huit Rosado
2º Padre Calazans

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,20 horas.

Comissão de Redação

TITULARES

Argemiro de Figueiredo — Presidente
Sebastião Archer — Vice-Presidente
Ari Viana
Afonso Arinos
Padre Calazans

SUPLENTE

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Rui Carneiro

PTB:

Lourival Fontes
UDN:

1º Daniel Krieger
2º Joaquim Parente

Secretária: Vera de Alvaranga Mafra, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Afonso Arinos — Presidente
Benedito Valadares — Vice-Presidente
Gaspar Veloso
Paulo Fernandes
Lourival Fontes
Miguel Couto
Vivaldo Lima
Rui Palmeira
Mém de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Menezes Pimentel
2º Jefferson de Aguiar
3º Lobão da Silveira

PTB:

1º Argemiro de Figueiredo
2º Fausto Cabral
3º Vago

UDN:

1º Milton Campos
2º João Arruda

PL:

Otávio Mangabeira
Secretário: João Batista Castejon Branco, Oficial Legislativo.
Reunião: Quartas-feiras, às 16,30 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes — Presidente
Alô Guimarães — Vice-Presidente
Pedro Ludovico
Miguel Couto
Paulo Fender

SUPLENTE

PSD:

1º Tacião de Melo
2º Eugênio Barros

PTB:

1º Vivaldo Lima
2º Saulo Ramos

UDN:

Fernando Corrêa
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Jefferson de Aguiar — Presidente
Caído de Castro — Vice-Presidente
Pedro Ludovico
Jarbas Maranhão
Arlindo Rodrigues
Fernando Correa
Sergio Marinho

SUPLENTE

PSD:

1º Francisco Gallotti
2º Rui Carneiro
3º Tacião de Melo

PTB:

1º Saulo Ramos
2º Lima Teixeira

UDN:

1º Fernandes Távora
2º Dix-Huit Rosado
Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saratya, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente
Ari Viana
Caído de Castro
Nelson Maculan
Joaquim Parente
Mém de Sá

SUPLENTE

PSD:

1º Rui Carneiro
2º Mendonça Clark (do PR)

PTB:

1º Leonidas Melo
2º Guido Mondim

UDN:

1º Coimbra Bueno
2º Padre Calazans

PL:

Otávio Mangabeira
Secretária: Elza Loureiro Gallotti, Oficial Legislativo.
Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

Francisco Gallotti — Presidente
Joaquim Parente — Vice-Presidente
Eugênio Barros
Nelson Maculan
Coimbra Bueno

SUPLENTE

PSD:

1º Ari Viana
2º Vitorino Freire

PTB:

Barros Carvalho

UDN:

1º Sergio Marinho
2º João Arruda

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE INQUÉRITO

Para apurar fatos aludidos pelo Sr. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro no programa "A Voz do Pastor"

Francisco Gallotti — Presidente.
Reginaldo Fernandes — Vice-Presidente.

Moura Andrade.
Paulo Fernandes.
Gaspar Veloso.
Calado de Castro.

Secretária: Isnard Soares de Albuquerque Mello, Oficial Legislativo.

Comissões Especiais

Comissão Especial ao Projeto de Emenda à Constituição n. 1, de 1959

Cunha Mello — Presidente.
Milton Campos — Vice-Presidente
Menezes Pimentel.
Benedito Valadares.
Jefferson de Aguiar — Relator.
Ruy Carneiro.
Gaspar Veloso.
Tactano de Melo.
Lourival Fontes.
... (vaga do Sen. Lima Guimarães)
Argemiro de Figueiredo.
Vivaldo Lima.

Daniel Krieger.
Rui Palmeira.
Afonso Arinos.
Atilio Vivacqua.

Secretário: Mécio dos Santos Andrade, Oficial Legislativo.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição n. 2, de 1959

Cunha Mello — Presidente.
Milton Campos — Vice-Presidente.
Menezes Pimentel.
Benedicto Valadares.
Jefferson de Aguiar — Relator.
Ruy Carneiro.
Gaspar Veloso.
Alberto Maranhão.
Lourival Fontes.
Argemiro de Figueiredo.
Vivaldo Lima.

Daniel Krieger.
Rui Palmeira.
Afonso Arinos.
Atilio Vivacqua.

Secretário: Mécio dos Santos Andrade, Oficial Legislativo.

Comissão Especial de Estudo da Política de Produção e Exportação.

Lima Teixeira — Presidente.
Fernandes Távora — Vice-Presidente.
Francisco Gallotti.
Gilberto Maranhão.
Gaspar Veloso.
Mourão Vieira.
Guido Mondini.
Colomba Bueno.
Atilio Vivacqua.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Comissão Especial de Estudo dos Problemas de Sêca do Nordeste

Reginaldo Fernandes — Presidente.
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
Francisco Gallotti.
Arlindo Rodrigues.
Jorge Maynard.
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Comissão Especial de Estudo dos Problemas do Vale do Rio Doce

Benedito Valadares — Presidente.
Lima Teixeira.
... (vaga).
Jorge Maynard.
Atilio Vivacqua.

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Comissão Especial de Mudança da Capital

Colomba Bueno — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presidente
Atilio Vivacqua.
... (vaga do Sen. Lima Guimarães)
Lino de Matos.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

ATA DA 134ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 3 DE NOVEMBRO DE 1960

PRESIDENCIA DOS SRS. MATHIAS OLYMPIO E HERIBALDO VIEIRA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs Senadores:

Sebastião Archer, Mendonça Clark, Mathias Olympio, Joaquim Parente, Menezes Pimentel, Argemiro de Figueiredo, Antônio Baltar, Silvestre Pérciles, Jorge Maynard, Heribaldo Vieira, Ovidio Teixeira, Lima Teixeira, Ary Vianna, Costa Pereira, Tactano de Melo, Nelson Maculan, Irineu Bornhausen, Francisco Gallotti, Guido Mondini.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 19 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vão ser lidas as atas que se encontram sobre a mesa.

O SR. JORGE MAYNARD:

Servindo de 2º Secretário, procede à leitura das atas da sessão e reunião anteriores, que, postas em discussão, são aprovadas sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

Não há expediente a ser lido. (Pausa).

Sobre a mesa, ofício do nobre Senador Joaquim Parente.

É lido o seguinte

Ofício

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os fins convenientes, que, tendo deliberado desistir do restante da licença em cujo gozo me achava, nesta data reassumo o exercício do meu mandato.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 1960. — Joaquim Parente.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa fica inteirada. Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira, primeiro orador inscrito. (Pausa)
S. Exª não está presente.
Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo, inscrito em segundo lugar.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, e propósito meu tratar, na sessão de hoje, de assunto da maior importância para a vida econômica, não direi apenas do meu Estado, mas de vários Estados da região nordestina; Na verdade, a matéria interessa ao Rio Grande do Norte, ao Ceará e a Paraíba que são, naquela zona do nosso território, os maiores produtores de minério.

Quero referir-me à transferência do Departamento de Produção Mineral, do Nordeste, sediado na Paraíba, que a política de Pernambuco está pleiteando, nesta hora, de modo impatriótico, porquanto não preside a essa mudança qualquer sentimento ou preocupação de interesse público.

Sr. Presidente, faltam-me documentos para uma exposição completa e análise minuciosa do problema perante o Senado e a Nação. Por isso, somente na sessão de amanhã possivelmente, tratarei do assunto em caráter de protesto contra a medida e na formulação de um apelo ao honrado Sr. Presidente da República e, especificamente, ao Senhor Ministro da Agricultura.

Aproveito a oportunidade de estar na Tribuna para cuidar de outro assunto, na verdade momentoso, em face do noticiário da imprensa e das várias opiniões emitidas a respeito.

Sr. Presidente, não poucas vezes os meus olhos deparam editoriais da imprensa brasileira que falam de um movimento, que se estaria processando furtivamente, no sentido de fazer retornar para o Rio de Janeiro a Capital da República. Os cidadãos que já atingiram a minha idade, expressiva de uma longa peregrinação pela vida, são testemunhas, sem dúvida, dos mais graves e perniciosos desajustamentos mentais dos nossos homens públicos. Chego a pensar, em alguns momentos, que os destinos deste país, tão grande, tão rico e tão cheio de futuro, periclitam nas mãos daqueles cuja morbidez de pensamento e de ação encontra o clima propício para o desgaste das forças dinâmicas do progresso nacional. A emotividade das massas eleitorais comprometidas e arrebatadas pelas seduções demagógicas; a agressividade diabólica da paixão e do ódio, que extirpam do ser humano a virtude do bom senso e flama do patriotismo; as influências do egoísmo que matam, na alma da gente, o espírito do bem comum e da fraternidade; a incompreensão e a mediocridade no exame e na solução dos problemas públicos, são, sr. Presidente os males que podem fazer esta nação perder a segurança dos seus grandes rumos e resvalar, como débil criança que ensaia os primeiros passos, no plano inclinado do abismo e da destruição.

Idéia malsã, a do retorno da capital da República. Em nenhuma das Casas do Congresso Nacional esse pensamento poderá frutificar. E não direito frutificar, porque, para dizê-lo, de certo eu estaria agredindo a dignidade do Parlamento Brasileiro, onde pontificam, nos quadros de todos os partidos, as afirmações mais primorosas de valores humanos.

Direi sim que as nossas portas estarão fechadas aos desajustados, aos insensatos e aos criminosos. Quem nos mudou para esta terra foi pensamento sagrado dos nossos maiores, que dormem na eternidade. A eles estamos presos pelos vínculos, de uma

tradição, que não pode morrer, porque é a tradição que exprime a história de uma nação e contém o espírito de sua unidade e de sua força.

Quem nos trouxe para esta terra foram os Constituintes de 1946. Foram os Constituintes de 34. Foi a nossa vontade livre e soberana, foi o Governo; foi este mesmo Governo que ali está, através de reformas constitucionais e leis ordinárias bem pensadas e livremente elaboradas, com a sanção presidencial. O movimento constitucional e as leis, que nos próprios fizemos estão cumpridos. E a sua realização torna-se impossível. Executou-se o pensamento do Poder Constituinte, reiterado em várias etapas históricas, e ante o que não podem valer novos textos que se incorrem em ilegalidade e irresponsabilidade dos homens pretendam esboçar na vida jurídica e constitucional do país.

A Lei Maior de uma nação vale tudo.

É a expressão da vontade do povo, fonte única da soberania. Da estrutura política das nações democráticas. Mas, é ela intangível e imalterável, no seu pensamento e no seu espírito, pelo Poder Constituído. Nós mesmos, se o quiséssemos, jamais poderíamos afrontar o que está feito: Este é um ponto pacífico que não oferece margem de controvérsia.

A linha tortuosa e impatriótica com que se pretende forçar a verdade do problema, sob o disfarce de que nos faltam condições indispensáveis ao funcionamento dos Três Poderes, é tenue demais para encobrir a real intenção dos argumentadores: destes que nela se abrigam no propósito de servir à política ingloria do retorno. O que se deseja, nessa ostentação de falhas e imperfeições de Brasília é abrir os caminhos indiretos e desastrosos de uma retirada irremovível do Governo para o Rio de Janeiro. Como se isso não significasse a eliminação da autoridade moral do Congresso; como se isso não exprimisse a violação frontal ao imperativo da Constituição da República. Seria um castigo heratológico na vida jurídica desta nação, que faria sumir a própria dignidade do Parlamento. Seria uma burla indefensável, com poder bastante de nos atirar no charco da execração pública. O retorno ao Rio seria o divórcio entre o fato e o direito. Isto, criando a nova Capital com toda a estrutura legal reclamada pela nova situação, e aquela, admitindo em fase normal, contra o espírito do Constituinte, o funcionamento dos Poderes, em sede ilegal e imprópria.

A nova Capital instalou-se com solenidades, há cerca de um ano. Sabe a nação inteira. E disso também sabem todas as nações do mundo. O retorno seria um crime e uma vergonha, em face do mundo, que vir trouxe, à edificação desta cidade, o concurso de sua vontade e a cooperação dos seus sacrifícios. Uma vergonha, em face do mundo, que vir Brasília nascer, como símbolo de energia criadora de um povo e marcos de uma alvorada de redenção econômica.

Que diria de nós, Sr. Presidente, o grande e nobre povo deste país, se assistisse essa capitulação ignominiosa?

Descermos daqui, onde Deus e os homens nos colocaram e sairmos em busca do asfalto e das praias do Rio! Como iríamos ficar, perante os posteriores, com essa debandada infeliz e covarde? Essa fuga ao dever! Essa traição ao povo! Essa afronta à Constituição! Que contas iríamos prestar a essa nação, cansada de sofrer! Ela que nos ajudou com recursos financeiros excepcionais para que a servissemos daqui! Quem poderia dignamente explicar essa retirada funesta? Como seria triste justificar a deserção, encampando os argumentos dos que pensam no retorno

...instalações completas para os parlamentares; a energia é incerta e os elevadores enguiçaram; há muita poeira em Brasília; não se fornece água com pontualidade; o crime é hostil aos cardíacos e aos asmáticos; a imprensa não divulga os trabalhos legislativos; os apartamentos estão providos de mobiliário modesto; há constante falta de travesseiros e colchões; os mosquitos perturbam o sono; os transportes são deficientes; falta o conforto. Esses são os argumentos dos que defendem a fuga para o Rio, a terra maravilhosa, e, porque não dizer, a mais bela das cidades do mundo. Não se lembram de que na magestosa cidade, secular e progressista, a insalubridade do clima mata os cardíacos; os elevadores também enguiçaram, e os mais velhos despenham-se das alturas; a energia falta; a luz também se apaga; a água some; a poeira incomoda; os mosquitos também afligem; a miséria campela; as favelas convergem e humilham; as habitações não bastam.

O Sr. Joaquim Parente — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com muito prazer.

O Sr. Joaquim Parente — Ouço com toda atenção o brilhante discurso de V. Ex.^a com o qual me solidarizo. Não participo da idéia de retorno, pois nada encontro que justifique essa medida.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço o aparte de Vossa Ex.^a, que muito me honra, pela autoridade moral que V. Ex.^a possui e, sobretudo, porque faz parte de uma Bancada da Oposição na qual tem sua posição merecida e justa de preeminência.

Dizia eu, Sr. Presidente: (Lendo). As condições precárias de meio de vida, não poucas vezes emergem os dramas mais dolorosos que esmagam a sensibilidade dos homens.

Brasília é uma cidade nascendo. Estranho seria que tivesse tudo, em três anos, uma cidade que nasceu do nada.

Não importa o desfilar de suas faldas. Estamos aqui no cumprimento de um dever para com a pátria. Quasi sempre o dever impõe a submissão ao sacrifício. O Governo tem esse dever. Capitular é crime, e é indignidade. Daqui ninguém sairá sem desonra. E ninguém se iluda, Sr. Presidente. A nação conhece o sentido Brasília. A nação sabe o quanto ela lhe custou. Compreende que ela integrou na vida moral, material e cultural do país, gentes abandonadas e regiões desérticas. Aqui está o eixo da unidade nacional. Aqui é a sede do pensamento novo que colocou o Brasil na posse de si mesmo. Aqui é o centro vital de uma nação vigorosa que não quer ser escrava de ninguém. É o planalto histórico, onde um povo, despertado da inércia, firmou o pacto de sua independência econômica. Ninguém terá coragem para fechar as portas desta cidade. Sr. Presidente. Ninguém terá forças para impedir que nós entreguemos aos nossos filhos, uma pátria livre e forte. Os maus podem destruir o que lhes pertence. Não Brasília, que é um patrimônio das novas gerações.

O Sr. Francisco Gallotti — Permite um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com todo prazer.

O Sr. Francisco Gallotti — Estou chegando hoje do Rio, para onde fui sábado. Lá muitos amigos, pessoas interessadas na vida brasileira, me perguntavam o que havia de verdade sobre o que corre por aí, da possibilidade de Brasília ser abandonada como Capital do nosso País. Respondi sistematicamente: "Considero uma pilhéria de maus brasileiros". Este o aparte que queria dar a V. Ex.^a.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — V. Ex.^a, disse tudo, e muito me honra com o seu aparte.

Prosseguindo, Sr. Presidente, dizia eu: (Lendo)

Os braços nordestinos que construíram Brasília não consentirão que ela desapareça na voragem do ódio, do egoísmo e da incompreensão. Eles são bem fortes, no vigor das reações fulminantes. O que nos cabe é completar a cidade.

E' prover, sem demora, o que lhe falta. Esse é o nosso dever de honra. Abandonar Brasília; deixar Brasília; de assistir Brasília, é matar no próprio berço, o mais belo fruto das esperanças nacionais.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jorge Maynard.

O SR. JORGE MAYNARD:

(Lê o seguinte discurso:) Sr. Presidente: Como representante de Sergipe nesta Casa, tenho recebido diversos apelos dos meus conterrâneos, no sentido de que me dirija à Diretoria de Aeronáutica Civil, pedindo-lhe que estude a possibilidade de permitir que aviões do tipo Viscount, Constellation, Convair ou equivalentes façam a linha Brasília-Recife, via Salvador-Aracaju-Maceió.

Dentre as justificativas invocadas, está o fato de que os aeroportos daquela rota acham-se em condições de receber esses aviões e que a frequência de passageiros, hoje já razoável, tenderá a crescer logo sejam ali utilizados melhores aviões.

Atualmente, a Vasp opera naquela aerovia, porém até Maceió, empregando aviões Scandia, o que torna a viagem mais demorada e sem as vantagens que hoje desfrutam aqueles que utilizam aviões de tipos mais modernos. Pelo que sei, essa empresa está desajustada de substituir as aeronaves ora empregadas na citada linha, faltando para isso apenas a necessária autorização oficial.

Uma viagem para aquelas cidades, em aviões mais confortáveis, só poderá ser feita via Rio de Janeiro, o que traz, é óbvio, uma série de inconvenientes.

O vôo da Vasp, operado com aviões Viscount, direto entre Brasília e Recife, e que se prolonga a Natal e Fortaleza, não oferece benefícios para quem deseje ir, por exemplo, de Brasília a Aracaju ou Maceió, pelo transítório que será obrigado a fazer na Capital pernambucana.

Outra empresa, a Real, que também mantém linhas para Salvador, com escalas em Bom Jesus da Lapa, ou em Montes Claros, Conquista e Jequié, da mesma forma utiliza aviões mais vagarosos e menos confortáveis, mas aí devido, principalmente, à precariedade dos aeroportos, os quais não comportam as operações de aviões maiores.

As demais empresas não possuem linhas diretas para as cidades citadas.

Assim, inferimos que aquelas capitais não estão ligadas diretamente à nova Capital da Republicada, por modernos e rápidos aviões.

O tráfego aéreo entre Brasília e Recife, via Salvador, e entre o Rio de Janeiro e Recife, linhas que possuem trecho comum, certamente está sendo submetido a novos estudos por parte do órgão competente da administração pública e pelas empresas de transporte aéreo. Estudo análogo deverá ser feito com relação às diversas outras linhas que servem às demais regiões do País, porque está fora de dúvida que, em face da construção desta Capital e da mudança da sede do Governo da República, impõe-se a elaboração de um novo plano para o nosso sistema de aerovias, tendo

em vista as novas condições políticas e administrativas da Nação. A Capital Federal deverá ficar perfeitamente integrada dentro da ampla rede aeroviária, nacional e internacional, contando com eficiente transporte aéreo para toda a parte, dada a extensão do nosso território, e como um imperativo ao seu completo funcionamento de centro orientador das atividades nacionais.

Antes, porém, que possa ser concluído esse novo plano geral de aerovias, atualizado conforme me referi, o que naturalmente exigirá estudos mais demorados, há que atender a essas necessidades mais urgentes, como a que ora frago ao conhecimento da Casa, e que terão de ser forçosamente consideradas na ocasião da elaboração desse plano.

Como vimos, é justa a nossa reivindicação, que sem dúvida conta também com a chancela dos dignos colegas representantes dos Estados da Bahia e de Alagoas.

Haverá, estou certo, o maior interesse no sentido de serem satisfeitas as aspirações dos usuários do transporte aéreo, daquela parte do País, respeitados naturalmente os direitos das empresas.

Esperamos, assim, ver tomada em consideração, dentro em breve, a solicitação que daqui transmito ao exame das zelosas autoridades aeronáuticas.

Era o que tinha a dizer (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senhor Mendonça Clark.

O SR. MENDONÇA CLARK:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, há cerca de dois anos, votamos nesta Casa o Projeto de Lei que criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Nessa oportunidade, observou-se que a execução da Lei traria certa disputa entre o órgão então criado e as outras organizações já existentes. Ficou a Sudene como organismo supervisor, sendo mantidos o D.N.O.C.S. e demais serviços em funcionamento. Hoje, tomo conhecimento de carta dirigida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ao Diretor do D.N.O.C.S. Pela leitura que vou fazer desse documento, verificará o Senado que há entre os técnicos desses dois organismos disparidade de opiniões sobre assunto técnico da maior importância para todos nós — o acude de Orós.

Por considerar grave disparidade, peço a maior atenção da Casa para o problema. A carta está assim redigida:

"Sr. Diretor:

Esta Superintendência, convidada, compareceu no Seminário para Valorização Social e Econômica do Vale do Jaguaribe, patrocinado por diversas entidades do Estado do Ceará, com a participação do Departamento dirigido por Vossa Senhoria, através da Comissão de Orós, do Serviço Agroindustrial, do Serviço de Piscicultura e do Serviço de Reflorestamento.

Da discussão dos diversos trabalhos e aspectos da obra, ressaltou a firmeza e idoneidade dos estudos e da execução da mesma, em sua fase atual. Um aspecto, entretanto, pareceu a esta Superintendência merecedor de maior atenção que a presentemente dispensada. Referimo-nos ao fato de que, com os recursos disponíveis e obedecendo ao plano de execução da obra atualmente em vigor a mesma estará, à época das grandes chuvas, em situação idêntica à de maio deste ano, quando ocorreu o arrombamento. Isto é, com a mesma cota — 190m — e sem nenhuma alternativa de vazão ponderável das águas que vieram a ser represadas".

Sr. Presidente, antes de continuar a leitura, chamo a atenção do Senado para este ponto. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste adverte o Diretor do D.N.O.C.S. de que, por falta de recursos disponíveis, a situação das obras de Orós é a mesma de maio de 1960, quando houve o arrombamento da barragem.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — O assunto que V. Ex.^a focaliza é, na verdade, do maior interesse nacional. Orós é das grandes obras da administração do Presidente Juscelino Kubitschek e se não estou enganado, este é o segundo discurso que Vossa Excelência profere, nesta Casa, a respeito da barragem.

O SR. MENDONÇA CLARK — É o terceiro ou quarto.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Em um desses discursos, se não me falha a memória, lamentando a catástrofe de Orós, V. Ex.^a apelava para o Governo no sentido de que não ocorresse a falta de recursos financeiros. Isso ocasionaria o atraso das obras e, conseqüentemente, o arrombamento da barragem e enchentes na região.

O SR. MENDONÇA CLARK — Exatamente.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Parece-me, porém, que a carta lida por V. Ex.^a já não tem mais razão de ser, no sentido das apreensões que desperta. Segundo informações oficiais, veiculadas pelo noticiário das estações de rádio, e, se não me engano, pela própria imprensa, dentro de poucos dias, talvez a 19 de dezembro, Orós será inaugurado pelo Governo Federal.

Conseqüentemente, o plano de ordem econômica do Nordeste, baseado nos trabalhos de irrigação, modificará inteiramente a região seca do Estado do Ceará, bem como a estrutura econômica do próprio Nordeste.

Como sabe V. Ex.^a, Orós acumula cerca de quatro bilhões de metros cúbicos de água, e possibilitará a ordenação econômica dos Estados daquela zona.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço o aparte do nobre Senador Argemiro de Figueiredo. Antes, porém, de continuar a leitura da carta — depois passarei a comentá-la — devo dizer a S. Ex.^a que ela está datada de 10 de outubro e é firmada pelo Senhor Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, Superintendente substituto da SUDENE.

Não entrando na questão de Orós estar ou não inaugurado, quero salientar a gravidade do fato — a autoridade máxima da SUDENE afirma a outra autoridade, o Diretor do DNOCS que, tendo por base a vazão de 150 metros, verificada na data do Seminário, haverá, certamente, catástrofe idêntica à ocorrida em abril e maio deste ano.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — A SUDENE deve interessar, naturalmente, a questão do planejamento econômico do Nordeste. Lembro, porém, a V. Ex.^a o argumento de que me valli, quando combati o Projeto de criação da SUDENE: trata-se de órgão de estruturação econômica, não de órgão técnico especializado, capaz de dizer se Orós está bem construído, se a construção está sendo realizada dentro de boa técnica. Enfim, não pode falar sobre o planejamento e a execução da obra, no sentido propriamente da engenharia hidráulica. É assunto técnico, sobre o qual só o DNOCS pode opinar. As notícias veiculadas na carta que V. Ex.^a lê não se baseiam em informação desse órgão especializado. E o que penso. Perdôe V. Ex.^a a insistência com que trato do assunto, mas

desejo também trazer ao conhecimento do Senado a palavra oficial, conforme foi transmitida através das estações de rádio e dos jornais do País.

O SR. MENDONÇA CLARK — Estou muito grato aos apêndices de V. Ex.^a que muito me ajudam a tirar conclusões em relação ao assunto.

Continuo a leitura:

Tendo em vista a situação descrita, e em observância das responsabilidades que lhe foram conferidas, particularmente pelo artigo 7º da Lei número 3.692, de 15 de dezembro de 1959, esta Superintendência tem a honra de convidar esse Departamento para a constituição de um grupo de trabalho, com técnicos de ambas instituições que se encarregarão de estudar as alternativas existentes para o problema, principalmente a hipótese de aumento da capacidade de vão do túnel de Orós para Lima Campos e os esquemas financeiros necessários para a consecução das soluções que se recomendarem. Esteja certo V. Senhoria da disposição desta Superintendência de cooperar com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas para estudar e solução de tão grave problema e de fazer valer as atribuições que lhe são próprias.

A SUDENE, fazendo valer o artigo VII da Lei nº 3.692, julga-se com direito a convocar o Departamento de Obras Contra as Secas para estudar, em conjunto, através de uma Comissão, a situação de Orós que ela considera, pelo menos a partir de 3 de outubro data da carta igual a de abril e maio de 1960, com as mesmas perspectivas de catástrofe.

Este é o problema que nós aqui, há dois anos, — V. Ex.^a foi o campeão dessa luta, — vimos travando no sentido de preservar a liberdade de ação do Departamento de Obras Contra as Secas, com relação a essa obra, e deixar a SUDENE encarregada, simplesmente, da Supervisão do desenvolvimento do Nordeste. Mas, de acordo com o artigo da lei, por nós votada, julga-se a SUDENE no dever de convocar oficialmente, o D. N. O. C. S., para a organização de uma Comissão a fim de examinar a situação, alegando que os seus técnicos chegaram à conclusão de que a obra, por falta de recursos, estaria ameaçada de nova catástrofe.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com todo o prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Ex.^a é homem profundamente interessado pelos assuntos econômicos do País; de certo que esse seu sentido patriótico o está levando a estudar, a fundo, o problema de Orós. Quero, porém, despertar o espírito de V. Ex.^a para reclamações desta natureza feitas freqüentemente. V. Ex.^a há de compreender que o caminho normal que teria de seguir um Superintendente...

O SR. MENDONÇA CLARK — Substituto do Superintendente, Senhor Francisco Maria Cavalcante.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — ... ou substituto do Superintendente, para prevenir os males que presente com a chegada das chuvas que poderiam destruir a barragem parcialmente construída de Orós, seria o de se dirigir ao Diretor do Departamento. Nunca, um Substituto do Diretor deveria se dirigir a V. Ex.^a.

O SR. MENDONÇA CLARK — Trata-se de uma carta dirigida pela SUDENE ao DNOCS.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — O que quero dizer é que qualquer reclamação, nesse sentido, de cunho mais sério, deve ter tramitação dentro dos órgãos da Administração geral. No caso em que o Governo viesse a negar verbas, recursos e cooperação técnica para a execução das obras, então a reclamação viria ao Senado. V. Ex.^a traz ao conhecimento e exame desta Casa uma carta que não deveria estar aqui, no momento, mas só depois de constatada a recusa, por parte do Chefe do Governo, das autoridades competentes do DNOCS, ou de qualquer outro órgão, de recursos, e de cooperação técnica para a execução das obras. Fique V. Ex.^a certo que por detrás disso, há algo de rivalidade entre o órgão técnico de combate aos efeitos da seca, que o vem sendo há mais de cinquenta anos, o D. N. O. C. S. e a SUDENE que, em um país que levasse mais a sério as coisas da administração, deveria ser única e exclusivamente órgão de planificação da vida econômica do Nordeste e nunca, sobre Senador, órgão de execução. Como eu disse muitas vezes, aqui, no Senado, a Nação já possui entidades especializadas para executar, tecnicamente, todos os assuntos preconizados pela SUDENE. Se tivéssemos melhor compreensão do problema Nordestino, deveria ser — como disse — órgão de planificação, nunca de execução. Para execução daquilo que foi, por ela, deliberado e diga respeito à economia do Nordeste, a Nação possui e paga caríssimo, órgãos técnicos especializados.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço mais este aparte de Vossa Excia. Passando a comentar a carta talvez V. Excia. compreenderá melhor o seu sentido. E' que temos prazos que não poderão ser transferidos. A vinda das chuvas é questão que não pode ser postergada para mais tarde. Elas virão no prazo certo, como todos sabemos.

V. Excia. tem razão quando diz que a carta deveria vir a público, ou trazida ao conhecimento do Senado, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, ou de providências desse órgão ou do próprio Governo. Mas, o que tenho sentido é que o Governo não toma providências, pelo menos com relação à colocação de numerários, para execução das obras no momento preciso. A ponte metálica de Terezina, há mais de cinco meses, aguarda conserto. O processo a ela referente, de cem folhas, encontra-se nos departamentos governamentais.

Acaba de sair do recinto o nobre Senador Joaquim Parente, que esteve conversando com o Senador Remy Archer. S. Excia. veio do Piauí e informa que a ponte vai ruir, porque as providências morrem no processo burocrático.

Nós, representantes dos Estados. — como o Senador Argemiro Figueiredo, que defende o seu Estado e o Nordeste com ardores de campeão, — somos obrigados, às vezes, em face do perigo da situação, da premência do tempo, do andamento lento da máquina oficial e da tramitação do processo do pagamento de verbas, a ferir o protocolo. Assim, procuramos colaborar, trazendo ao Senado — sem estar criticando — fatos que não podem ficar nos gabinetes.

E' preciso lembrar que se deu o rompimento do aqüeduto de Orós em abril de 1960, já o Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas vinha pedindo, desde dezembro de 1959 recursos para elevar a barragem. Apesar de aprovados pelo Presidente da República, eles não tiveram andamento. Só depois da catástrofe foi pedido crédito especial de um bilhão de cruzeiros, e o respectivo projeto ainda não passou por esta Casa.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Peço a V. Excia. não interprete meu aparte como réplica às suas considerações. Estou, apenas, argumentando de boa fé, e a minha preocupação é esclarecer aquilo que chega ao meu conhecimento. Estamos em face de um dilema: ou esse homem que escreve a carta não está dizendo a verdade, conseqüentemente não tem idoneidade moral para ocupar a função que exerce; ou o D.N.O.C.S., através dos seus chefes ou do seu Diretor, está faltando com a verdade e, portanto, não tem idoneidade moral para desempenhar a missão que lhe incumbe. O dilema é este: — se a autoridade, citada na carta, o Superintendente, Substituto, da SUDENE, declara que Orós corre perigo em face das enchentes que prevemos, o Diretor do DNOCS é moralmente incorreto, quando afirma o que não é verdade, mandando anunciar nas estações de rádio e nos jornais a inauguração do aqüeduto. Mas o nobre Senador Menezes Pimentel, por ser cearense, deve conhecer melhor que nós dois a situação da barragem no que diz respeito ao andamento de suas obras.

O SR. MENDONÇA CLARK — Te rei muita honra em ouvir o depoimento do nobre Senador Menezes Pimentel.

O Sr. Menezes Pimentel — Tenho o prazer de comunicar ao Senado que as obras estão realmente para ser ultimadas no dia dezanove de dezembro, quando o Senhor Presidente da República deverá inaugurar o aqüeduto.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço o depoimento do nobre Senador Menezes Pimentel.

Sr. Presidente, em face das declarações de S. Excia., eu desejaria continuar os comentários a esta carta, para dizer ao Senado e à Nação ser do meu conhecimento que, embora os recursos federais para Orós não hajam sido votados, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, desviando outras verbas e utilizando o seu crédito normal, conseguiu, conforme informações que também possuo, chegar, no dizer do próprio Departamento, ao ponto máximo da barragem, ou seja, salvo engano, 219 metros. E anuncia-se ao País que será esta barragem inaugurada com a presença do Presidente da República e confirmada a notícia pelo nobre Senador Menezes Pimentel, no dia 19 de dezembro. Daí a gravidade desse depoimento.

O Sr. Menezes Pimentel — Permite V. Excia. mais um aparte?

O SR. MENDONÇA CLARK — Com todo o prazer.

O Sr. Menezes Pimentel — O Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas não fez manobras com verbas. O Sr. Presidente da República concedeu um crédito de Cr\$ 250.000.000,00 para as obras do Aqüeduto de Orós.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço ao nobre Senador Menezes Pimentel o esclarecimento, mas a informação que possuo é justamente a de que o volume de verbas de que o Departamento dispõe para trabalhar no Nordeste é grande; vai cerca de Cr\$ 4.000.000.000,00, dos quais foram postos no Plano de Economia Cr\$ 1.400.000.000,00. Dos Cr\$ 2.600.000.000,00 restantes, com as liberações de cotas de Cr\$ 250.000.000,00 feitas pelo Sr. Ministro da Fazenda, e com o crédito dado pelos fornecedores ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, foi possível ao DNOCS atingir a sua meta de terminar a barragem de Orós nos próximos dias. A gravidade do assunto, porém, reside no documento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que contesta a possibilidade da conclusão próxima dessa obra. E' justamente este ponto que desejo chamar a atenção dos Srs. Senadores.

Fiquei muito satisfeito com os debates havidos nesta Casa, porque o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, — pelo menos todas as informações coincidem, cumpriu sua ta-

refa. Seus engenheiros fizeram esforços tremendos e terminaram a obra. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em documento oficial, é que diverge; não sou eu nem nenhum de nós. E' um órgão oficial. Daí a gravidade do problema.

Devemos evitar que, no futuro, autoridades credenciadas na questão do desenvolvimento do Nordeste entrem em choque de maneira tão violenta como atesta este documento. Os técnicos da Sudene afirmam que a barragem de Orós só estará terminada em abril de 1961, enquanto o DNOCS declara que a sua conclusão se verificará a 19 de dezembro deste ano.

Acredito, realmente, que a conclusão seja a 19 de dezembro.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Foi o que eu disse a V. Excia. "Um dos dois é indígeneo, não tem idoneidade moral para exercer a função. Um deles está mentindo."

O SR. MENDONÇA CLARK — A gravidade do problema, está justamente nesse discrepância, que a todos nós preocupa.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Vossa Excia. tem toda a razão e traz para o Senado assunto de maior importância. Não poucas vezes tenho ficado ao lado de V. Excia. em reclamações no sentido de dar andamento mais rápido ao que pleiteia.

O SR. MENDONÇA CLARK — Agradeço, mais uma vez, o aparte do nobre Senador Argemiro de Figueiredo. Aguardemos o dia 19 de dezembro e a inauguração de Orós nessa data. Deixemos chegar as enchentes normais, para podermos verificar com o nobre Senador Argemiro de Figueiredo, que um dos dois não está com a razão. Como não sou técnico...

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Nem eu.

O SR. MENDONÇA CLARK — ... e não tenho capacidade para decidir qual dos dois tem razão, quis somente registrar o fato no Senado da República; para que posteriormente possamos tirar conclusões exatas. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondim.

O SR. GUIDO MONDIM:

(Não foi revista pelo orador) — Senhor Presidente, na recente fixação dos novos níveis de salário mínimo, surpreendeu-me, sobretudo, o fixado para a nova Capital Federal. Tal surpresa decorre de dois fatos: primeiro, porque a Comissão de Salário Mínimo de Brasília, depois de estudos realizados, verificou que para a nova Capital Federal não podia o salário mínimo ser inferior a Cr\$ 9.600,00; segundo, porque o custo de vida em Brasília é igual ou talvez mais alto que o de São Paulo ou o do Estado da Guanabara.

Os trabalhadores locais, descontentes com a deliberação afinal tomada pela Comissão de Salário-Mínimo de Brasília, movimentaram-se no sentido de solicitar ao Sr. Presidente da República uma revisão no decreto que fixou o novo salário-mínimo para a Capital do País.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GUIDO MONDIM — Com prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Estou entendendo bem o objetivo do discurso de V. Ex.^a. Solicito ao prezado colega que, além de em nome pessoal fale também no do Partido Trabalhista Brasileiro a cuja bandeira V. Ex.^a está incorporado com muita honra para nós.

O SR. GUIDO MONDIM — O fizerei com muito prazer.

Na realidade Sr. Presidente, não posso compreender por que a Comissão de Salário-Mínimo, depois de adotada a primeira deliberação baseada em estudos que a esta altura da vida nacional necessitam de re-

inovação — porque nós mesmos sentimos, na própria carne, o que tem sido a constante elevação do custo de vida — resolver decididamente a fixação do salário na base de Cr\$ 6.240,00 para a Capital da República.

Os trabalhadores, depois de sucessivas reuniões, deliberaram mandar ao Sr. Presidente da República o memorial que passo a ler:

TRABALHADORES DE BRASÍLIA APRESENTAM REIVINDICAÇÕES AO PRESIDENTE KUBITSCHEK

A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília encaminhou ao Presidente da República extenso memorial, a propósito da luta em prol do novo salário-mínimo para o Distrito Federal.

E o seguinte o texto do documento:

"Exmo. Sr. Presidente.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília realizou a sua assembleia-geral no dia 30 p. p., que contou com a participação e solidariedade das seguintes organizações: Associação dos Servidores da NOVACAP, presidente da Associação Comercial de Brasília, Associação Profissional dos Condutores Autônomos de Brasília, Associação Profissional dos Condutores de Veículos Rodoviários, Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Brasília, Associação Profissional dos Transportadores de Volumens e Bagagens em Geral de Brasília, Associação Profissional dos Jornalistas e Vendedores de Revistas de Brasília, Grêmio Estudantil Machado de Assis do Ginásio Brasília, Sociedade Amigos do Núcleo Bandeirante e Associação dos Excedentes do Núcleo Bandeirante, decidiu por unanimidade solicitar a Vossa Excelência que seja feita a revisão na tabela do salário-mínimo no que toca a Brasília — Distrito Federal, pelas razões que passa a expor:

Em reunião de 29 de setembro de 1960 a Comissão do Salário-Mínimo do Distrito Federal (documento anexo), deliberou por unanimidade, como foi publicado fixar em Cr\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos cruzeiros) o salário-mínimo para o Distrito Federal. Entretanto, foram os trabalhadores de Brasília surpreendidos com a fixação do salário-mínimo em Cr\$ 6.240,00 pelo Decreto nº 49.119-A, de 15 de outubro de 1960.

Sabe V. Ex.ª que o salário-mínimo assim decretado não corresponde às exigências mínimas da manutenção do operário e sua família em Brasília, uma vez que o custo de vida desta Capital é igual ou superior aos dos Estados da Guanabara e de São Paulo, como reconhece o IBGE na sua publicação de 30-10 no "Correio Braziliense", que fixa em 10.565,00 cruzeiros.

Por esses motivos, reina uma justificada insatisfação na classe dos trabalhadores que não se conformam com o salário-mínimo estipulado. E, assim, apela para Vossa Excelência no sentido de ser imediatamente revisto o Decreto nº 49.119-A, e fixado o salário-mínimo proposto pela Comissão do Salário-Mínimo de Brasília, na importância de Cr\$ 9.600,00."

Quero, por isso, Sr. Presidente, trazendo nesta ligeira intervenção minha solidariedade aos trabalhadores de Brasília, apelar também ao Sr. Presidente da República a fim de que,

de imediato, atenda as justas pretensões dos trabalhadores da nova Capital, e, que a exploração que se verifica nesta cidade em torno de tudo o que se vende, faz insustentável a vida em Brasília.

Hoje, apreciei, sobretudo, a brilhante intervenção do eminente Senador Argemiro de Figueiredo, em defesa da permanência da Capital do País em Brasília, o que nos parece questão pacífica. Convém, entretanto, não calemos em torno de tudo aquilo que vem dar razões aos que sentem e, em especial, aos que propagam a necessidade de voltarmos.

Evidentemente, não pretuo com esse pensamento; mas também não pretuo com que se torne difícil a vida da nova Capital, particularmente para os trabalhadores que muito já vêm sofrendo com a situação atual. Nós que gozamos de uma vivência melhor, não podemos ser insensíveis aos sofrimentos do nosso povo. E aqui em Brasília os exemplos são sobejos para que fademos constantemente em defesa daqueles que não têm uma tribuna para defender-se.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Excia. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIM — Com muito prazer.

O Sr. Lima Teixeira — V. Excia. tem toda razão quando defende melhor nível de salário-mínimo para Brasília, bem como ao referir-se à exploração aqui existente, não só no setor comercial. A ascensão é vertiginosa não só nos preços dos gêneros de primeira necessidade no material de construção, mas também em vários setores de atividade. Ela é de tal maneira que constribe e revolta: os preços, de um mês para o outro aumentam, não raro até em cinquenta por cento. Já tive oportunidade de observar o fato, mesmo no comércio. Aliás, conversei com certo comerciante Brasília. A COFAP não atua, aqui, no comércio de gêneros alimentícios. Se não fosse o Super-Mercado construído pela Novacap e que nos presta bons serviços, estaríamos, a esta altura, talvez com preços astronômicos. Assim, é de todo cabível o protesto de V. Excia. O nobre colega deveria acrescentar um apelo à Novacap, para que construa novos mercados, se não para baratear o custo de vida, pelo menos para que permaneça em níveis suportáveis, sobretudo para as classes trabalhadoras.

O SR. GUIDO MONDIM — Tem V. Excia. toda razão. Há necessidade imperiosa de novos mercados na nova capital. Todos nós que temos de nos servir do único existente em Brasília, bem sabemos com que dificuldades somos atendidos, eis que o atropelo é enorme, porque todos nós fazem compras. Acrescento, entretanto, no que tange aos gêneros de primeira necessidade, não temos maiores queixas. No que diz respeito à carne, por exemplo, em Brasília é bem mais barata do que no Estado da Guanabara, onde custa, talvez, o dobro. Os gêneros de primeira necessidade não são cobrados a preços assustantes, mas nem só de pão vive o homem.

O Sr. Lima Teixeira — Isto porque temos o Super-mercado.

O SR. GUIDO MONDIM — Perfeitamente, mas desde que o homem precisa suprir-se de outros gêneros que não os alimentícios, aí sentimos uma exploração alarmante. Para isso chamamos a atenção dos responsáveis de Brasília.

O Sr. Lima Teixeira — E não apenas nesse setor; quanto à venda de terrenos, é uma coisa escandalosa. A Novacap cobra preços que não se justificam.

O Sr. Nelson Maculan — Muito bem.

O Sr. Lima Teixeira — Não há comerciante que se possa instalar em Brasília. Os preços que a Novacap pede são proibitivos. Ainda hoje, um comerciante, conversando comigo, dizia que não se pode estabelecer por-

que os preços são elevadíssimos, sem similar até no io de Janeiro. Realmente, isso não se justifica.

O Sr. Nelson Maculan — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. GUIDO GONDIN — Com prazer.

O Sr. Nelson Maculan — Meu caro colega, tenho acompanhado, de certo modo, todas as observações e pesquisas em Brasília. Realmente, o problema dos alugueis é que eleva o custo de vida. O que pedem por uma pequena loja é de tal maneira exagerado que as mercearias que aqui se instalaram tem que aumentar de muito os preços, para fazer face aos alugueis. Quanto ao salário-mínimo, este é insuficiente para atender às necessidades dessa pobre gente que aqui veio lutar, trabalhar e construir esta grande capital. O certo é que enquanto não se levar para o interior, para zona rural, a assistência técnica ao lavrador, ao homem da terra, jamais poderemos reduzir, no Brasil, a espiral inflacionária que agrava o custo da vida dos operários ou dos lavradores. O lavrador é homem abandonado e está largando a terra porque dela não pode mais viver. Em todos os países do mundo existe um preço mínimo que garante o trabalho do homem da enxada. Isto só não existe no Brasil. Se continuarmos apenas, a reajustar o salário dos operários, que realmente não podem mais viver com o que ganham atualmente, sem nos preocuparmos com os problemas da produção, daqui a noventa dias, infelizmente, os operários de todo o Brasil estarão na mesma situação.

O SR. GUIDO MONDIM — O problema do custo da vida tem causas profundas e não tem sido realmente estudado, nem se tem procurado encontrar soluções adequadas. No entanto, não se pode, quando alguém se está afogando, perguntar porque isso está acontecendo. O que é verdadeiro é que, neste momento, embora seja um paliativo — e traga outras consequências — temos que atender e procurar amenizar o sofrimento dos nossos trabalhadores, precisamente com essa única solução de emergência — que é um novo nível salarial.

O Sr. Lima Teixeira — Há, ainda, uma circunstância para a qual V. Ex.ª, ainda não atentou bem: os funcionários vieram com vencimentos dobrados para Brasília, mas o operário continua percebendo um salário normal que, aqui, é muito mais abaixo daquele fixado para o antigo Distrito Federal, o Rio de Janeiro.

O SR. GUIDO MONDIM — Perfeitamente.

O Sr. Lima Teixeira — De maneira que tem toda a justificativa a reclamação de V. Ex.ª com referência a um novo nível salarial.

O SR. GUIDO MONDIM — Desejamos, apenas, que a Comissão de Salário-Mínimo de Brasília se fixe — isto sim — no seu pensamento inicial — isto é, de dar aos trabalhadores desta Capital o salário mínimo de nove mil e seiscentos cruzeiros. Porque pensou assim inicialmente e, afinal, resultou fixá-lo em seis mil e duzentos e quarenta cruzeiros, aqui, para a Capital Federal. E' apenas isto que desejamos.

Quando de seus estudos, fez aquela Comissão ver que somente o salário-mínimo de nove mil e seiscentos cruzeiros poderia atender às necessidades atuais dos trabalhadores de Brasília.

O Sr. Nelson Maculan — Permite V. Ex.ª outro aparte?

O SR. GUIDO MONDIM — Com muito prazer.

O Sr. Nelson Maculan — Corroborando com o discurso de V. Ex.ª, afirmo que o preço da mão de obra cobrado pelas firmas construtoras em Brasília é bem mais elevado do que em São Paulo e Rio de Janeiro, o que nos leva a crer que, de fato, poderia haver um reajustamento do salário. Quando falamos dos operários

de Brasília, lembremo-nos de que, em grande maioria, são empregados em construção civil. Desde que essas firmas, aqui em Brasília, cobram, por metro quadrado de construção, preço superior ao das grandes cidades, é justo que paguem um salário-mínimo de onze mil e poucos cruzeiros, pleiteado com muita honradez, pelos operários de Brasília.

O SR. GUIDO MONDIM — Este é um argumento oportuno, se admitirmos que teria havido influência das firmas construtoras da Capital Federal, na fixação do salário-mínimo para Brasília.

Sr. Presidente, era esta a solidariedade que queria trazer aos trabalhadores de Brasília, no instante em que reclamam, junto ao Sr. Presidente da República, o interesse de S. Ex.ª no sentido de revisar a decisão tomada em torno do salário-mínimo fixado para a nova Capital. (Muito bem! Muito bem!) (Palmas).

Durante o discurso do Sr. Guido Mondim, o Sr. Mathias Olympio deixa a presidência, assumindo-a o Sr. Heribaldo Vieira.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Todos os itens da Ordem do Dia referem-se à matéria em fase de votação. Não havendo número, fica adiada para a próxima sessão.

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira, inscrito para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. LIMA TEIXEIRA

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, em 6 de julho de 1960, quando ainda funcionava a Comissão da Política de Produção e Exportação, criada pelo Plenário do Senado que, mercê da circunstância de ser Comissão Especial, foi das que, realmente, produziram, tivemos ensejo de debater problema que considero de suma importância, sobretudo em se tratando do comércio exterior do Brasil — os Escritórios Comerciais.

De acordo com os meus colegas na Comissão, da qual tenho a honra de ser Presidente, convidei alguns técnicos e recolhi material necessário à elaboração de um projeto de lei que estruturasse os escritórios de propaganda comercial do Brasil no exterior.

Tive oportunidade de conhecer de perto o funcionamento desses escritórios, sobretudo os localizados em países da Europa, e alguns poucos que se encontram nos Estados Unidos da América do Norte e no Canadá.

A despeito das críticas que lhes são dirigidas, devo confessar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que esses escritórios comerciais me causaram excelente impressão. Verifiquei que muitos desses realizam dignificante trabalho de propaganda do Brasil no exterior. Cito como exemplo o de Bonn, na Alemanha, dirigido por Helvidio Martins Maia, grande técnico, homem de valor, identificado com os problemas da agricultura e que hoje desfruta de situação excepcional, naquele País, sobretudo pelos conhecimentos e relações que teve ensejo de fazer.

O Sr. Nelson Maculan — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com todo o prazer.

O Sr. Nelson Maculan — Corroborando as palavras de V. Ex.ª. Tive oportunidade de alguns contactos com esse ilustre brasileiro e posso afirmar que o Escritório Comercial do Brasil em Bonn é talvez o único, na Europa, que cumpre suas finalidades.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Vê V. Ex.ª, Sr. Presidente, que o nobre Sr.

ador Nelson Maculan também dá seu testemunho sobre nossos escritórios comerciais. Entretanto, não apenas o de Bonn merece destaque. Posso citar ainda o de Londres, dirigido com interesse e dedicação por um brasileiro digno, conhecedor dos problemas comerciais do Brasil, com eles identificado e, sobretudo, interessado no desenvolvimento do intercâmbio comercial do nosso País com a Grã-Bretanha — o Sr. Antônio Marinho.

Visitei ainda os Escritórios Comerciais de Lisboa, a cuja frente está o Sr. Fanor Cumpido; de Roma, dirigido pelo Sr. Hermanno Souza; o de Paris, sob a orientação do Sr. De Pasca e, finalmente, o de Benelux dirigido pelo Sr. Jorge de Carvalho Brito. Colhi de todos excelente impressão e pude tomar conhecimento das necessidades desses escritórios. Verifiquei, sobretudo, a carência absoluta de material de propaganda de nossos produtos comerciais e industriais. Raros são os que mantêm mostruários de nossas riquezas.

De regresso ao Brasil, iniciei a elaboração de trabalho que pudesse ser submetido à apreciação do Senado. Para tanto contei com a colaboração do técnico Carneiro de Mendonça, do Ministério da Agricultura. Por outro lado, entreei em entendimentos com a Confederação Nacional das Indústrias, com a Confederação Nacional do Comércio, com a Confederação-subsídios colhidos em estudos elaborados por técnicos do Ministério do Trabalho.

Assim, de pleno acordo com os nobres colegas integrantes da Comissão da Política de Exportação e Importação, apresentei a esta Casa do Congresso, Projeto de Lei que tomou o número 25, de 1960, criando o Conselho Superior de Expansão Comercial do Brasil e dando nova organização aos atuais Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial.

É mister acentuar que, até agora, os escritórios comerciais existem apenas em função de uma Portaria Ministerial. Não dispõem de legislação própria. Sua organização administrativa é aquela ditada pelo Ministério do Trabalho. Assim como existem, podem deixar de existir, a qualquer momento. Basta que assim o queira o Titular da Pasta do Trabalho.

Por isso, procuramos dar-lhes feição legal e jurídica. Agora, sobre o assunto, de receber, da Confederação Nacional da Indústria, ofício lerei para que conste dos nossos Anais, incluindo o magnífico Parecer apresentado pelo Conselheiro Marcial Dias Pequeno, inteiramente solidário com o trabalho que a Comissão de Política da Produção apresentou ao Senado.

O Sr. Francisco Gallotti — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TELXEIRA — Com muito prazer:

O Sr. Francisco Gallotti — Em primeiro lugar, preciso fazer justiça a V. Exa., pelos esforços que, como Presidente dessa Comissão, desenvolveu no sentido de colher os resultados agora concretizados no projeto oferecido ao exame do Senado. Como membro daquele órgão técnico, posso dar meu testemunho de que V. Exa. não poupou esforços para a elaboração daquele Projeto. Da eficiente atuação de V. Exa. resultou ouvir nos as mais destacadas figuras que nos pudessem esclarecer o nosso colaborador para que a Comissão alcançasse seus objetivos. Quero, agora, dizer a V. Exa. o que se passou ontem, no Rio de Janeiro, em meu apartamento. Visitou-me um médico amigo, recém-chegado dos Estados Unidos, onde, durante dois anos, fez um curso de especialização. Quando lhe perguntei que impressão trazia do

nosso Consulado em Nova Iorque e dos Escritórios Comerciais na América do Norte, ele se manifestou com poucas palavras: "Senador, enquanto os escritórios comerciais — pelo menos nos Estados Unidos — não dispuserem de recursos para promover propaganda pelo rádio e pela TV — principalmente pela TV — serão ineficientes. O americano não mais tem tempo para ler folhetos; trabalha o dia inteiro e descansa ouvindo rádio e vendo televisão. O senhor, como Senador, diga ao Governo que é preciso dotar esses escritórios, pelo menos nos Estados Unidos, de recursos necessários à propaganda dos produtos brasileiros pelo rádio e pela TV. Dará resultado. No mais, na rotina em que vão as coisas, nada se alcançará. Ninguém lê nossos prospectos!" Trago a V. Exa. depoimento que colhi em conversa com um homem capaz, um médico. V. Exa., autor do projeto, poderá aproveitar a sugestão, de modo a dotar nossos Escritórios comerciais de recursos para promover intensa propaganda dos produtos nacionais, o que, em última análise, lhes imprimirá real eficiência.

O SR. LIMA TELXEIRA — Muito obrigado, inicialmente, às generosas palavras do meu nobre colega Senador Francisco Gallotti, a propósito dos esforços por mim desenvolvidos no sentido de que a Comissão de Política da Produção, não fosse alvo das críticas que outras têm sofrido. Realmente, como reconhece S. Exa., muito me tenho empenhado para que não apenas este, mas outros projetos, venham ao plenário. E' o caso de proposições que vimos elaborando sobre lavouras de subsistência e outros assuntos agrícolas.

Em verdade, ao apresentar o Projeto sobre escritórios comerciais, cogitei a Comissão de provê-los dos recursos necessários à propaganda do Brasil e de seus produtos no estrangeiro. Tanto é verdade que as maiores queixas a que pude assistir, na minha excursão pela Europa, ao representar o Senado Federal na Conferência Internacional de Genebra, se relacionou com a falta ou quase ausência de recursos para enfrentarmos as dificuldades da propaganda que deveríamos realizar naquele continente.

Justificava-se plenamente a falta de recursos porque, como disse, os Escritórios Comerciais, criados por mera Portaria do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, não têm fundamentação nem estruturação jurídicas. Antes de mais nada, tornava-se necessária dar-lhes a indispensável feição jurídica e é justamente o que estamos fazendo, no momento.

Sr. Presidente, aqui está o ofício que me dirigiu a Confederação Nacional da Indústria. Ao mesmo tempo que louva o nosso trabalho, na Comissão de Política da Produção, declara nada ter que acrescentar ao Projeto. Note-se, Sr. Presidente, que é bem difícil uma organização patronal, sobretudo em se tratando da Confederação Nacional da Indústria, pronunciar-se nestes termos. Quase sempre têm um reparo a fazer. E' idêntico o pensamento a Confederação Rural Brasileira.

Vivemos o mesmo procedimento ao formular o projeto da Lei Orgânica da Previdência Social, isto é, ouvindo as classes produtoras, os industriais, os trabalhadores. De certo modo, ouvimos os que labutam e vivem nos escritórios. Tivemos então a possibilidade de alcançar êxito, sem maiores críticas e divergências nesses setores.

O Ofício da Confederação Nacional da Indústria, está assim redigido:

"Senhor Senador.

Tendo o prazer de passar às mãos de Vossa Excelência, o anexo parecer do Conselheiro Marcial Dias Pequeno ao Projeto número 25-60, de sua autoria, cri-

ando o Conselho Superior de Expansão Comercial e dando nova organização aos Escritórios Comerciais do Brasil no Exterior.

O parecer que, em sua conclusão, recomendou apoio ao projeto, "sobretudo porque não esqueceu de convocar as classes econômicas para, ao lado das instituições governamentais, colaborar na obra de expansão comercial do Brasil", foi aprovado unanimemente por este plenário, na sessão de 30 de setembro p. p.

Atenciosamente,

(a) Aldo B. Franco.

Vice-Presidente."

Sr. Presidente, junto lê-se o Parecer, emitido pelo Conselheiro Marcial Dias Pequeno, ex-Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Além de muito interessante, o parecer focaliza os diversos aspectos do projeto. Solicito de V. Exa. o encaminhamento desse documento à Comissão onde o Projeto se encontra, para conhecimento do respectivo Relator.

Diz o parecer o seguinte:

(Lê):

CONSELHO ECONÔMICO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Escritórios Comerciais

Projeto de Lei do Senado número 25-60, criando o Conselho Superior de Expansão Comercial do Brasil e da nova organização aos atuais Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial — Parecer do Conselheiro Marcial Dias Pequeno.

1. A proposição institui o Conselho Superior de Expansão Comercial do Brasil e dá aos Escritórios Comerciais organização legal, consolidando os atos executivos que atualmente regulam o seu funcionamento. O C.S.E. substitui o Departamento Nacional de Indústria e Comércio no comando daqueles organismos, realizando ainda, em forma de entidade de deliberação coletiva, algumas das outras finalidades do citado Departamento. E tudo subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, certamente porque à época da apresentação do projeto não havia sido criado o Ministério da Indústria e Comércio.

2. Ao examinar assunto idêntico, em abril de 1959, tivemos oportunidade de emitir o seguinte parecer, que foi aprovado por este Conselho e, em seguida, transcrito nos Anais do Senado:

"Antes de examinar o projeto do Deputado Carlos Lacerda, extinguindo os Escritórios de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil no exterior, entende este Conselho que se impõe uma observação preliminar referente às nossas exportações. Não traçou ainda o país a sua política econômica visando a conquistar os mercados externos. Temos de organizar a produção e os transportes em termos adequados, disciplinar a moeda e o crédito, estabelecer tarifas, solucionar a questão cambial, fiscalizar os artigos destinados ao estrangeiro, estimular as iniciativas, criando o ambiente onde se possa formar e desenvolver verdadeira mentalidade exportadora, capaz de enfrentar a competição internacional através da qualidade e dos preços dos produtos. Essa tarefa exige esforço e tenacidade, abrangendo os aspectos mais variados e complexos, que vão da racionalização do trabalho até a produtividade, impondo-se estreita cooperação do Estado com as iniciativas privadas. Acreditamos que o primeiro passo nesse sentido será

dado com a reforma administrativa projetada pelo Governo instituindo-se sistema mais flexível no mecanismo oficial e órgãos específicos, ordenados pelo Ministério da Indústria e do Comércio, com a missão de promover a nossa expansão econômica, dentro da unidade da política que haverá de ser planejada para o país.

Mas, enquanto se organizam as forças econômicas para aquele objetivo fundamental ao nosso desenvolvimento, evidentemente não poderemos negligenciar os problemas relacionados com a propaganda dos produtos brasileiros no exterior. Temos a esse respeito a experiência dos Escritórios Comerciais, que funcionam há um quarto de século, prestando serviços a causa da nossa expansão no estrangeiro. Essas repartições governamentais, apesar de suas notórias deficiências, vêm cumprindo as suas tarefas e apresentando alguns resultados positivos. Sobre a matéria conhecemos depoimentos das classes produtoras inteiramente favoráveis. As publicações que editam na língua dos países em que se acham sediados, divulgando as oportunidades que oferece o nosso país ao comércio e aos investimentos estrangeiros, bem como os boletins em português visando a informar os brasileiros relativamente às atividades que se desenvolvem em numerosas nações; a exibição de filmes sobre o Brasil; as exposições dos produtos nacionais; a organização de câmaras mistas de comércio; o esforço no sentido de atrair capitais, imigrantes e turistas, por meio de propaganda direta; as ligações que estabelecem entre exportadores do Brasil e de outros países; a correspondência que mantém com associações e firmas brasileiras, prestando-lhes as mais variadas informações, como se fossem escritórios particulares dessas entidades, tudo isso constitui trabalho útil em favor da conservação e conquista de mercados. Não é tudo o que se deseja, mas devemos reconhecer que é alguma coisa, ou melhor, que é quase a única coisa que se tem feito, pela nossa expansão mercantil fora das fronteiras. E as despesas com a manutenção dos quinze Escritórios são módicas, não ultrapassando a casa dos vinte milhões de cruzeiros por exercício.

Ao salientar a utilidade dos Escritórios Comerciais, embora de modo sucinto, não temos o propósito de negar a procedência das críticas que lhes são feitas. De início, acentuamos a causa fundamental dos males que os afetam. E' a falta de uma retaguarda, de uma base sólida para apoio de suas atividades no exterior. Do ponto de vista do seu funcionamento e organização devemos reconhecer que aqueles órgãos exigem reforma que lhes dê maior flexibilidade do desempenho dos encargos que lhes estão cometidos. Necessitam de maiores recursos técnicos e financeiros, de melhor distribuição no estrangeiro, localizando-se em áreas mais interessantes para o intercâmbio com o Brasil, de seleção rigorosa de seu pessoal, notadamente os dirigentes, que devem conhecer profundamente os problemas da nossa economia e do comércio mundial, sendo dotados de indispensável sentimento público para o exercício da missão que lhes incumbe realizar. Toda essa reestruturação, abrangendo serviços e servidores, deve ser feita através de lei, fixando-se claramente deveres e responsabilidades. Deste modo, os Escritórios poderão cumprir suas tarefas, subordinados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Não se justifica a transferência para a órbita do Itamarati, pois, suas atividades não devem interferir com a diplomacia, que se desenvolve em campo diferente. Isso não significa que não se subordinem aos che-

